



PERIÓDICUS

ISSN: 2358-0844

n. 7, v. I maio-out. 2017

p. 06-19.

Quem tem medo de sapatão? Resistência lésbica à Ditadura Civil-Militar (1964-1985)

Luana Farias Oliveira¹

RESUMO: Este artigo objetiva resgatar a memória política do Movimento Lésbico brasileiro e visibilizar uma história violentamente desconhecida: a perseguição às lésbicas pela Ditadura Civil-Militar (1964-1985), que culmina na ‘Operação Sapatão’ e a resistência incansável das mesmas. Partindo de uma perspectiva feminista, questiono não apenas o apagamento e invisibilidade das resistências lésbicas, mas também a base sexista, racista e classista que o determina.

PALAVRAS-CHAVE: Lesbianidade; Interseccionalidade; Ditadura Militar; Patriarcado; Feminismo.

Abstract: This article aims to rescue the political memory of the Brazilian Lesbian Movement and to make visible a violently unknown history: the persecution of lesbians by the Military Dictatorship (1964-1985), which culminates in the ‘Dike Operation’ and their relentless resistance. Starting from an feminist perspective, I question not only the erasure and invisibility of lesbian resistance, but also the sexist, racist and classist base that determines it.

Keywords: Lesbianism; Intersectionality; Military Dictatorship, Patriarchate; Feminism.

Resumén: Este artículo tiene como objetivo rescatar la memoria política del Movimiento Lésbico brasileño y visibilizar una historia violentamente desconocida: la persecución de las lésbicas por la Dictadura Militar (1964-1985), que culmina con la ‘Operação Sapatao’ y la resistencia incansable de las mismas. Partiendo de una perspectiva feminista, cuestiono no sólo el borrado y la invisibilidad de las resistencias lésbicas, sino también la base sexista, racista y clasista que lo determina.

Palabras clave: Lesbianidad; Interseccionalidad; Dictadura Militar, Patriarcado; Feminismo.

¹ Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba. Membro do Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Serviço Social e Política Social na Contemporaneidade - GEPSS, na linha de pesquisa Serviço Social e Políticas Públicas para Mulheres. E-mail: luanafdo@hotmail.com

Recebido em 06/03/17
Aceito em 01/05/17

“É que tem mais chão nos meus olhos do que cansaço nas minhas pernas, mais esperança nos meus passos do que tristeza nos meus ombros, mais estrada no meu coração do que medo na minha cabeça.”

Cora Coralina

1. Introdução

Trabalhar o tema da lesbianidade não é tarefa das mais fáceis. Contada quase unicamente pela voz do patriarcado, a história apagou de suas páginas a participação de mulheres lésbicas. Delas não somos agentes coletivos, mas sim objetos da narrativa. Não podendo negar nossa existência, representam-nos em função do falo. Sem receio de parecer exagero, digo que debruçar-se sobre esse tema requer não apenas um engajamento político feminista, mas também um esforço arqueológico. É preciso investigar a participação de lésbicas na História para conseguir rasgar o pano em que o patriarcado tenta nos esconder.

A invisibilidade e marginalização que pesam sobre as discussões acerca da lesbianidade são entendidas neste trabalho como consequências da articulação entre patriarcado, capitalismo e racismo – o nó, como teorizou Saffioti (2015) – que organiza estruturalmente as relações sociais. Fundamentam-se no sistema heterossexista e na apropriação dos corpos e vidas das mulheres, que geram mecanismos de controle sobre nós e garantem aos homens o nosso fácil acesso (GUILLAUMIN, 2014).

De maneira mais ampla, este trabalho constitui-se um esforço em resgatar a história da lesbianidade longe das determinações patriarcais, devolvendo ao movimento de mulheres lésbicas a sua memória. Após fazer breve contextualização do movimento em nível internacional, partirei da Ditadura Civil-Militar (1964-1985), contexto no qual o movimento lésbico brasileiro tem origem. Sendo alvo da perseguição da ditadura simplesmente por serem lésbicas e isoladas politicamente pela esquerda, pelo “movimento homossexual”² e pelo movimento feminista, elas unem-se em torno das pautas da redemocratização e do combate à lesbofobia.

² Também denominado de “movimento gay”, à época assim eram chamados o que hoje conhecemos por movimento LGBT. O fato evidencia o esforço que lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais tiveram de empenhar para serem representadas ao menos formalmente pelo movimento, em uma tentativa de tirar-lhe o caráter falocêntrico. Entretanto, a “sopa de letrinhas” por si só não garante, por certo, a representação. Prova disso é que o movimento hoje é criticamente chamado de “GGGG”, denunciando o ainda presente falocentrismo.



Para discutir o movimento lésbico brasileiro, utilizo as produções de Miriam Martinho³ e Marisa Fernandes⁴, militantes precursoras do movimento de mulheres lésbicas, que têm contribuído de maneira imprescindível para a memória política do mesmo, e de Patrícia Lessa, que desempenhou importante papel na Academia estudando o movimento lésbico. Para a discussão em nível internacional, utilizo Jules Falquet, feminista lésbica francesa alçada no feminismo materialista. Aprofundando no estudo da relação entre a ditadura militar e movimento LGBT, utilizo *Ditadura e homossexualidades*, um dos raros livros sobre a temática.

Busquei, aqui, questionar não apenas o apagamento da resistência lésbica à Ditadura, mas também a base patriarcal que o determina, o que só é possível se respaldada pelo feminismo. Guiei-me na convicção de que não há fortalecimento e amadurecimento de qualquer movimento social sem o conhecimento de sua história. Com isso, espero contribuir não apenas ao movimento de mulheres lésbicas, mas também aos movimentos feminista e LGBT que, via de regra, continuam negligenciando as pautas e demandas das lésbicas.

2. Resgate histórico do movimento lésbico

Internacionalmente, o movimento lésbico emerge no mundo ocidental no fim da década de 1960. Surge vinculado ao ‘movimento homossexual’ e embasado nas críticas da segunda onda do feminismo, quando o patriarcado passa a ocupar lugar central para a compreensão da dominação e opressão dos homens sobre as mulheres (FALQUET, 2009).

O movimento lésbico pauta-se nas críticas dos movimentos feminista e homossexual que formam, segundo Lhomond (2009, p. 234), “a ponta de lança de uma crítica radical das normas sexuais”. Não demora, porém, para que as suas integrantes comecem a criticar o machismo e misoginia do movimento homossexual, que acarreta na hostilidade e marginalização para com as pautas das mulheres. Na medida em que elas se aproximam do feminismo, percebem como ele vai se mostrando omisso frente às suas pautas e também vira alvo de críticas por parte das lésbicas, que denunciam o seu caráter heterocentrado. Nesse momento, o movimento lésbico possibilita contribuir com ambos os movimentos ao lhes interrogar sobre seus limites (FALQUET, 2012).

³ Miriam atuou no grupo Lésbico Feminista (LF), a primeira auto-organização lésbica do Brasil, na sua continuação, o Grupo de Ação Lésbica Feminista (GALF) e escreveu no ChanacomChana, a primeira publicação ativista lésbica do Brasil, contando com 12 edições entre 1981 e 1987. Hoje, ela mantém o site de conteúdo lésbico *Um outro olhar*.

⁴ Marisa também atuou na primeira auto-organização lésbica e desde 1990 participa do Coletivo de Feministas Lésbicas – CFL.



Assim, o primeiro tipo de contribuição do movimento lésbico para os outros movimentos sociais não é outro senão lhes permitir se interrogar sobre seus limites e sobre o que não foi pensado tanto nas suas práticas cotidianas quanto nos seus objetivos políticos, muito particularmente no domínio da sexualidade, da família, da divisão sexual do trabalho ou da definição dos papéis masculinos e femininos. (FALQUET, 2012, p.15)

Posteriormente, o próprio movimento lésbico é questionado pelas negras e/ou trabalhadoras por ser elitista, branco e universitário. Em 1979, o grupo Combahee River Collective responde a todas as insuficiências de análise dos movimentos em um manifesto que se tornou clássico. Ao declarar a inseparabilidade das opressões capitalista, patriarcal e racista, “suas militantes afirmam a inelutibilidade da luta simultânea em diversas frentes. Em seguida, elas insistem na necessidade de que todos assumam a responsabilidade das diversas lutas” (FALQUET, 2012, p.17).

Começa-se a refletir, então, que para a real transformação social é imprescindível agir de forma condizente com a realidade. Daí a inseparabilidade da crítica ao racismo, à sociedade de classes e ao patriarcado heterossexista.

Já no Brasil, foi na oposição à Ditadura que se concretizou a organização política do movimento brasileiro de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, inaugurando a sua primeira onda⁵. Nesse primeiro momento, a pauta dos sujeitos LGBTs e de novos conceitos acerca da sexualidade e identidade de gênero estiveram alinhadas à luta pela democratização.

Partindo do inconformismo com a repressão e o conservadorismo recrudescidos pela ditadura civil-militar, assim como a homofobia da esquerda brasileira, que considerava a homossexualidade um “vício burguês” (GREEN, 2000), um grupo de intelectuais brasileiros formado apenas por homens lança, em abril de 1978, o jornal *Lampião da Esquina*, a primeira publicação de temática LGBT de ampla circulação no Brasil.

Na edição de número zero, chamando-se apenas de *Lampião*, o jornal promete:

Falar da atualidade e procurar esclarecer sobre a experiência homossexual em todos os campos da sociedade e da criatividade humana. Nós pretendemos, também, ir mais longe, dando voz a todos os grupos injustamente discriminados - dos negros, índios, mulheres, às minorias étnicas do Curdistão: abaixo os guetos e o sistema (disfarçado) de párias. (LAMPPIÃO, 1978, ed.0, p.2)

⁵ Conceituado por James N. Green, a primeira onda do movimento LGBT brasileiro iniciou no fim da década de 1970 e teve duração de uma década (GREEN, 2015).



Em todas as edições o jornal discutiu assuntos relacionados à Ditadura, como abertura política, anistia, censura e perseguição aos homossexuais – inclusive ao próprio jornal. Seu nome, *Lampião da Esquina*, representa metaforicamente uma luz de esperança para a população LGBT que, impedida pelo preconceito e violência, resguardava sua socialização aos guetos, becos e esquinas. A partir da década de 1960, o mercado começa a abrir estabelecimentos dirigidos a esse público, como bares, restaurantes, boates e saunas (GREEN, 2015).

O *Lampião da Esquina* também propunha a saída do gueto como forma de transformar a realidade:

(...) é preciso dizer não ao gueto e, em consequência, sair dele. O que nos interessa é destruir a imagem-padrão que se faz do homossexual, segundo a qual ele é um ser que vive nas sombras, que prefere a noite, que encara a sua preferência sexual como uma espécie de maldição (Idem).

O jornal conseguiu fortalecer a organização de rapazes homossexuais que se organizavam em São Paulo e que viriam a consolidar o grupo *Somos*⁶ no ano seguinte, em 1979 (RODRIGUES, 2015).

Apenas após um ano de vida do *Lampião*, as mulheres organizadas no grupo *Somos*, as do grupo *Eros* e outras independentes, totalizando 25 lésbicas, são finalmente convidadas a escrever para o jornal. Como antes tarde do que mais tarde ainda, a edição de número 12 traz na capa o título *AMOR ENTRE MULHERES (elas dizem onde, quando, como e porquê)*, com cinco páginas destinadas a discutir pública e abertamente as pautas de mulheres lésbicas, como sexo e sexualidade, repressão ditatorial e lesbofobia. Foi a primeira vez, segundo a própria matéria, que a lesbianidade foi discutida fora das manchetes patologizantes e policiais.

No início do texto, ao justificar o ‘atraso’, dizem:

Nós estamos atrasadas porque existimos, mas sempre abdicamos de existir. Existimos nos cochichos, nos bochichos, em algum barzinho, em algumas boates, n'alguma cama com algum corpo, nas fantasias e sonhações que, na maioria das vezes, arquivamos desde sempre. Nós estamos atrasadas porque temos medo, receio, cagaço mesmo de viver o que somos. Porque não construímos o espaço do nosso viver. Porque vivemos na clandestinidade. (...) A repressão perpassa todas as esferas do nosso existir. O fato de sermos mulheres homossexuais duplica a repressão. Além de mulher, ser homossexual é muito, né? Quer ver muito mais? Mulher, negra, homossexual. Quer ver mais? Nós estamos atrasadas porque os valores garantidos pelos esquemas repressivos têm conseguido um desempenho eficaz. (JORNAL LAMPIÃO DA ESQUINA, 1970, ed. 12, p. 7).

⁶ Primeira organização política de gays e lésbicas no Brasil, o *Somos* marca o início do movimento LGBT no país.



Inicia-se o texto denunciando a repressão ditatorial, lesbofóbica e machista, alertando a leitora e o leitor à intersecção das opressões, frisando a questão de gênero, sexualidade e raça – esquecendo-se, entretanto, da exploração e opressão de classe. Ainda na primeira página da matéria há a denúncia do caráter heterocentrado do movimento feminista e do silenciamento dado pela mídia à questão da lesbianidade:

Os jornais e movimentos feministas no Brasil nunca tocaram no assunto. A formulação mais avançada das feministas, que está na Carta dos Direitos da Mulher, diz que a sexualidade feminina não deve ser vista apenas como à serviço da reprodução. Quer dizer: nos comporta, mas não refresca muito. (Idem)

A questão mencionada acima é importante, pois as discussões acerca de direitos sexuais e reprodutivos, pautadas pelo feminismo, centram-se na heterossexualidade, como se lésbicas ou bissexuais não existissem – ou não fossem mulheres. Segundo Gilberta Soares,

O movimento feminista internacional, com a participação de feministas brasileiras, desenvolveu o conceito de direitos sexuais, concomitante a noção de direitos reprodutivos, associados à agenda de participação em conferências internacionais da Organização das Nações Unidas (ONU). O conceito de Direitos Sexuais pretendeu dar conta da discussão sobre a sexualidade feminina como um direito humano, assim como da denúncia de suas violações, todavia este foi restringido pelo enfoque da heterossexualidade. (SOARES, 2011, p. 5).

A matéria segue falando sobre sexo. Com o título *Não somos anormais*, elas se esforçam em desmistificar a ideia da necessidade de um falo – o apêndice masculino, como foi chamado na matéria – para a concretização do ato sexual. Também defendem a existência do orgasmo feminino e repetem que o sexo não deve ser entendido como um meio unicamente para a reprodução. Segue-se falando sobre as repressões vividas pelas lésbicas na sociedade em geral por meio de depoimentos anônimos.

Segundo Martinho (2012) e Lessa (2008), após a experiência de escrever para o *Lampião da Esquina*, as mulheres do grupo *Somos* criaram, em outubro do mesmo ano, o grupo *Lésbico-Feminista (LF)*, a primeira auto-organização de lésbicas do Brasil, funcionando como subgrupo do *Somos* até 1981. Em outubro do mesmo ano, algumas militantes remanescentes do LF deram continuidade à organização fundando o *Grupo de Ação Lésbica Feminista (GALF)*, auto-organização lésbica independente.



2.1 Publicações *ChanacomChana* (1981 – 1987)

Com “intenções provocativas, transgressoras e revolucionárias” (LESSA, 2008), o *Chanacomchana* foi a primeira publicação ativista lésbica do Brasil, publicada inicialmente pelo grupo LF em formato de jornal. Com o fim do grupo, sua publicação é retomada pelo GALF como boletim, o que possibilitou reduzir seus custos. Contou com 12 edições entre 1981 e 1987 (Martinho, 2012).

Percebo, a partir dos escritos de Lessa (2008) e Martinho (2012), que as publicações do *Chanacomchana* se centram no esforço da reapropriação da fala das mulheres lésbicas, indo de encontro a um sistema que, não conseguindo suprimir nossa existência, invisibiliza nossas pautas. Dialogando com outras mulheres lésbicas, “o boletim fala das nossas vidas claramente, sem vergonha ou medo e até com muito orgulho” (BOLETIM CHANACOMCHANA, 1983, p.2).

Abaixo, trecho do texto *Exercício de liberdade*, de autoria de Míriam Martinho, que compôs a primeira publicação do *Chanacomchana* juntamente a uma entrevista de Ângela Ro Ro e ao texto *Quem tem medo de Virgínia Woolf*, de Maria Carneiro da Cunha:

Já temos conseguido alguma coisa. Conseguimos, com certeza, através da análise de nossa problemática, alterar um pouco ou muito, a vida de cada elemento do grupo. Conseguimos obter um espaço para as lésbicas no movimento feminista brasileiro e, também no mesmo, enfatizar a questão da sexualidade sempre tão esquecida. Conseguimos estimular a discussão sobre o feminismo no movimento homossexual, demonstrando estar a opressão do homossexual inteiramente ligada à dominação da mulher pelo homem. Conseguimos, em suma, pela primeira vez, dar condições para as mulheres homossexuais possam falar publicamente da marginalização a que são submetidas (JORNAL CHANACOMCHANA, 1981, p. 4).

O trecho citado revela a preocupação das militantes em conquistar espaço nos movimentos feminista e ‘homossexual’, como era chamado à época, e o entendimento de que para mudar a vida das mulheres lésbicas é necessário também autonomia para falar por conta própria, buscando romper com a deslegitimação que éramos (e ainda somos) submetidas.

A comercialização do *Chanacomchana*, no entanto, só foi possível com muito esforço e enfrentamento. As militantes do GALF passaram a ser agredidas semanalmente ao tentar vender o boletim no Ferro’s Bar, ambiente frequentado e sustentado pelas lésbicas paulistas. Até que, no dia 23 de julho de 1983 um dos donos do bar, o segurança e o porteiro tentaram concretizar a expulsão



das militantes. Foi a gota d'água para eclodir a primeira manifestação do movimento lésbico brasileiro contra a lesbofobia.

Em resposta ao episódio da noite de 23 de julho, as militantes do GALF denunciaram, através de folheto (Martinho, 2012), a discriminação e preconceito que sofriam no Ferro's, que incluíam de agressões físicas a tentativa de expulsão. Nele, elas fazem um chamado à reflexão sobre o ocorrido e um apelo para que as pessoas se solidarizassem e apoiassem sua luta, ressaltam a necessidade de união para barrar cenas como essas, que podem vir a acontecer futuramente com qualquer um/a e por qualquer motivo. Denunciam, também, que embora elas sejam tratadas como leprosas, seu dinheiro não ganha o mesmo tratamento – isso eles sabem aproveitar. Esse destaque é importante pois leva à reflexão do funcionamento do mercado, sugerindo que nem em um ambiente sustentado e frequentado por mulheres lésbicas elas estão imunes ao preconceito. O mercado voltado ao público LGBT, hoje chamado de *pink money*, é alvo de pesquisa e teorização, não sendo aqui objeto de minha análise devido aos limites do artigo.

Também é interessante se atentar para o fato de que as lésbicas já frequentavam e sustentavam o Ferro's Bar – também frequentado por figuras da esquerda brasileira e militantes homens do 'movimento homossexual'. No entanto, elas passaram a ser oficialmente discriminadas quando intervíram politicamente no bar, no caso com a venda do *Chanacomchana*.

Há um limite à tolerância (e não aceitação) da sociedade para com as lésbicas. Assim é não só o ocorrido no Ferro's durante a Ditadura, mas também em todos os âmbitos da sociedade, como na família e no trabalho. Toleram-se, em maior ou menor grau, a existência das lésbicas, mas desde que não demonstrem afetividade em público e à luz do dia, não afirmemos nossa sexualidade com orgulho, não levantemos nossa bandeira de luta. A lesbianidade pode ser tolerada, desde que seja vivida na invisibilidade a que é condenada.

2.2 19 de Agosto de 1983: um marco para o movimento lésbico

A tentativa de expulsão das militantes do Grupo de Ação Lésbico Feminista (GALF) por parte do dono do Ferro's Bar provocou a primeira manifestação lésbica brasileira, ocorrida em 19 de agosto de 1983. Com apoio de feministas e militantes gays, as lésbicas do GALF conseguiram driblar o porteiro do estabelecimento e adentrar o bar. Fizeram um ato político e exigiram que o dono do Ferro's se comprometesse publicamente em permitir a venda do boletim *Chanacomchana* dentro de seu estabelecimento. Com ação vitoriosa, a data foi proposta como Dia Nacional do



Orgulho Lésbico e 25 anos depois, em 2008, foi oficializada pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (MARTINHO, 2012).

Ao contrário de outras ocasiões, quando nos sentíamos acoissadas, nós — as militantes do GALF — tomamos a ofensiva naquela sexta-feira. Rosely fez discursos em várias cadeiras. É bom deixar claro que ela não é e não quer ser líder do grupo, pois lutamos contra a hierarquia e o poder; algumas militantes do grupo ainda lutam contra o medo de se exporem publicamente. A interiorização do medo e da repressão é um dos motivos que impedem o grupo de crescer quantitativamente. Porque qualitativamente ele vem avançando desde seu surgimento, em 1979. (BOLETIM CHANACOMCHANA, 1983, p.2)

O trecho acima demonstra uma dificuldade ainda muito presente para a organização lésbica e suas ações, que é a impossibilidade, para muitas militantes, de se colocar publicamente enquanto lésbicas. Rosely Roth⁷ não queria ser confundida com a “líder” do movimento, isso contradizia a desierarquização do GALF. Porém, a ausência de outras militantes publicamente lésbicas a obrigava a protagonizar as ações de rua do movimento e também frente à mídia.

2.3 Movimento Feminista e Movimento Lésbico: primeira aproximação

Segundo Marisa Fernandes (2015), em março de 1979, 15 lésbicas, aproximadamente, ingressaram no grupo Somos após participarem da Semana de Discussão sobre Minorias, promovido pelo Centro Acadêmico de Ciências Sociais da USP⁸ no mês anterior. Em outubro do mesmo ano fundaram o subgrupo Lésbico-Feminista (LF) e dois meses depois participaram da coordenação do II Congresso da Mulher Paulista.

O primeiro contato das lésbicas com o movimento feminista não foi ausente de tensões. Diante das primeiras formas de preconceito, as lésbicas passaram a usar mais o nome do grupo Somos ao de Lésbico-Feminista (LF). Na abertura do evento, o painel *Amor entre mulheres*, feito pelas militantes do LF, foi destruído e suas fotos foram rasgadas. Não só a pauta da lesbianidade fora violentamente combatida pelas demais mulheres do Congresso, como também discussões que refletissem sobre a desigualdade estrutural em que mulheres são submetidas não só pelo capitalismo, mas também pelo racismo e patriarcado.

⁷ Uma das militantes precursoras da organização lésbica no Brasil, Rosely Roth esteve organizada no Grupo Lésbico-Feminista e posteriormente no Grupo de Ação Lésbico Feminista, se destacando nas ações promovidas pelo movimento e na imprensa.

⁸ O evento foi responsável pelo ingresso significativo de lésbicas e gays no Somos.



As mulheres ligadas a organizações políticas de uma esquerda autoritária, centralizadora, patriarcal e reacionária pregavam não existir violência contra a mulher, mas sim a violência ditatorial contra homens e mulheres da classe operária, e que propostas de se refletir sobre as especificidades das mulheres eram pequeno-burguesas e elitistas e que pouco interessavam ao povo e à revolução. (FERNANDES, 2015, p.129)

É insuficiente e irresponsável reduzir a opressão da mulher à dimensão de classe, pois o racismo e patriarcado extrapolam o sistema capitalista em que vivemos – não surgiram e tampouco se esgotam nele. Sua superação, pois, não garante a emancipação das mulheres (CISNE, 2012).

Mesmo diante de tanta hostilidade e preconceito, as lésbicas corajosamente conseguiram pautar também a violência contra a mulher no Congresso, driblando o impedimento dado por estas mesmas mulheres, que já haviam proibido a divulgação de um manifesto em apoio às prostitutas assinado por vinte e quatro grupos.

O LF teve mais êxito, pois levou um documento impresso, de forma que foi possível distribuir entre todas as participantes durante o Congresso. O documento foi o primeiro a tratar a questão da violência doméstica e sexual que circulou no Movimento Feminista. (Idem)

2.4 Lesbianidade e Ditadura: caça às bruxas

Com 50 livros publicados, cada um com mais de dez edições, Cassandra Rios foi a primeira escritora brasileira a vender mais de um milhão de exemplares (COMISSÃO DA VERDADE, 2014). Paradoxalmente, hoje seus livros são artigos raros e seu nome é desconhecido. Pioneira na literatura de ficção lésbica, Cassandra foi a artista mais censurada do país durante a Ditadura, com 36 obras censuradas devido aos seus livros estarem, de acordo com a censura, “aliciando, corrompendo e encaminhando toda a juventude e a sociedade brasileira para a homossexualidade” (FERNANDES, 2015, p. 127).

Subversivos ao regime ditatorial unicamente por seu conteúdo lésbico, os livros de Cassandra foram retirados das livrarias e apreendidos das gráficas, o que causou enormes prejuízos financeiros para ela e às editoras. Eles também foram rasgados e ameaçados por um delegado que queria queimá-los em praça pública (FERNANDES, 2015).

Embora tenha vivido tamanha repressão, Cassandra não dispôs da solidariedade de outros artistas e intelectuais alvos da censura. Segundo Marisa Fernandes,



Em 1977, mil e quarenta e seis intelectuais escreveram e assinaram o Manifesto contra a Censura, para entregar ao Ministro da Justiça Armando Falcão. Originalmente, entre os signatários do Manifesto, era citado o nome de Cassandra Rios, mas o texto que foi entregue ao Ministro chegou sem o nome dela. O corte foi feito por um dos intelectuais responsável pelo encaminhamento do mesmo, alegando que Cassandra não era uma escritora séria e por isso a censurou. O fato é que muitos dos escritores constantes daquele documento não foram acintosamente perseguidos e proibidos naquela época como foi Cassandra, a artista mais censurada deste país. (FERNANDES, 2015, p.128)

A lesbofobia institucionalizada persistiu durante todo o regime, reprimindo e violando direitos. No dia 13 de junho de 1980 realizou-se um ato que reuniu o movimento negro, de mulheres, LGBT e estudantil, unidos contra a violência policial de Richetti.

A repressão de Richetti contribuiu para a unificação dos movimentos sociais que emergiam com mais força nesse momento de abertura política: estudantil, feminista, LGBT e negro. Todos convocaram um ato público contra a violência policial para o dia 13 de junho, na frente do Teatro Municipal. Em uma carta aberta à população, assinada por 13 entidades, pediam a destituição de Richetti do comando da Delegacia Seccional. Ele e o secretário de Segurança Pública Octavio Gonzaga Junior foram convidados a prestar esclarecimentos aos deputados na ALESP. (...) Essa foi a primeira grande mobilização política do movimento LGBT brasileiro, preconizando as grandes manifestações de rua que posteriormente seriam organizadas nas Paradas de Orgulho LGBT por todo o país. (COMISSÃO DA VERDADE, 2014, p.19).

Em 15 de novembro de 1980, foi realizada uma operação comandada pelo delegado José Wilson Richetti cujo alvo eram as lésbicas. Conhecida como ‘Operação Sapatão’, essa foi apenas mais uma perseguição à população LGBT, mas dessa vez focada em atacar os bares frequentados por lésbicas: Ferro’s, Último Tango, Canapé e Cachação, todos na Rua Martinho Prado, em São Paulo.

Uma matéria assinada por Omar Cupini, em janeiro do ano seguinte, foi o único registro histórico encontrado sobre a Operação. Nela, uma estudante que estava na parada de ônibus da rua, e mesmo assim foi presa, relata anonimamente como tudo aconteceu.

Parece que a gente tem uma estrela na testa. Eles me levaram pra dentro do Cachação e fui logo mostrando meus documentos. Mas o policial disse: não interessa documento, você é sapatão! (...) Primeiro me colocaram numa cela com mais 50 pessoas e mais tarde houve uma seleção. Quem tivesse boa aparência, estivesse bem vestido, era tirado pra outra cela. Junto ao policial que fazia essa escolha estava uma lésbica que conhecia a turma presa e ajudava na triagem. (COLAÇO, 2009, p.1)



As 200 lésbicas presas tiveram que pagar para serem liberadas. Segundo a Comissão da Verdade (2014), foi um arrastão de extorsão e corrupção mascarado por uma ideologia de perspectiva homofóbica, que relacionava a homossexualidade às esquerdas e à subversão.

No fim, todo mundo teve que pagar. Quanto tivesse. A moça não viu ninguém sendo fichado, mas a polícia ficou com os nomes e os números de todas. Um mês depois da operação, o ambiente na Rua Martinho Prado era desalentador. Bares e boates vazias. Até na rua, pouca circulação. Sinal de que daqui pra frente as lésbicas não teriam sossego nem nos poucos bares “em que são confinadas”. (Idem)

Sobre a importância dos espaços de socialização das lésbicas, a estudante diz:

Só nesses bares a gente encontra gente como nós, só lá somos aceitas, estamos em casa. Até na Universidade de São Paulo, onde as pessoas se consideram avançadas, os homossexuais não são aceitos. Principalmente as lésbicas. No trabalho, quando descobrem, somos mandadas embora. Lá em casa minha mãe não consegue entender por que eu sou assim, por mais que eu tente mostrar a ela que estou bem assim, não tenho nada de anormal. (Idem)

3. Desconhecer a própria história é como andar no escuro

Neste artigo foram citadas diversas ações promovidas por mulheres lésbicas politicamente organizadas e independentes, tais como: 1) matéria escrita para o *Lampião da Esquina*, em 1979; 2) primeiro contato do movimento feminista com as lésbicas, em 1979, qual elas foram violentamente hostilizadas; 3) perseguição da Ditadura à Cassandra Rios, escritora de romances de temática lésbica; 4) ato contra a violência ditatorial à população LGBT, negras/os e prostitutas, em junho de 1980; 5) ‘Operação Sapatão’, realizada pelo delegado Richetti, em novembro de 1980; 6) publicação *Chanacomchana*, o primeiro meio de comunicação feito por e para lésbicas, entre 1981 e 1987; 7) Ato contra a lesbofobia realizado no Ferro’s Bar, em 1983, ação comparável à famosa manifestação de Stonewall, nos EUA.

Essas ações tiveram importância fundamental para a construção de uma sociedade justa, igualitária e sem violência para todas as lésbicas. Entretanto, são massivamente desconhecidas, inclusive pelas próprias organizações de mulheres lésbicas que, por exemplo, não comemoram o 19 de agosto – Dia do Orgulho Lésbico.

Exemplo disso é o texto da Comissão da Verdade (2014) que, por duas vezes, discute a importância dos meios de comunicação empenhados em debater a pauta da população LGBT,



citando o Lampião da Esquina e a Coluna do Meio⁹ do jornal *Última Hora*. Em ambas as ocasiões o texto simplesmente não cita o *Chanacomchana* que, ao lado do Lampião da Esquina, representou a mais importante iniciativa de gays e lésbicas no âmbito da comunicação, contando com doze edições entre 1981 a 1987.

Outro exemplo é o livro *Ditadura e homossexualidades*, uma das raras publicações de discussão da temática. Dos seus dez capítulos, apenas dois são escritos por mulheres, sendo um deles sobre a questão das lésbicas na Ditadura. De todas as trezentos e trinta páginas do livro, apenas vinte e três são destinadas para discutir lesbianidade. Dado o limite desse capítulo, alguns pontos importantes de nossa história não são discutidos com a profundidade merecida, como as publicações *Chanacomchana* que, durante seis anos, falou abertamente sobre lesbianidade, e a ‘Operação Sapatão’. Em contrapartida, um capítulo inteiro do livro, totalizando quarenta e duas páginas, é destinado a discutir o jornal Lampião da Esquina.

Que importância têm as lésbicas, afinal? O que determina o ‘esquecimento’ da Comissão da Verdade e o breve espaço destinado à discussão da lesbianidade no livro *Ditadura e homossexualidades*?

O significado de tamanho apagamento político e histórico sobre a lesbianidade é uma reflexão norteadora deste breve e limitado estudo. Se as pautas das mulheres lésbicas são barradas ou limitadas nos espaços de discussão que lhes envolvem, não é possível transformar a vida das mesmas. Assim, da mesma forma é também impossível tirar do feminismo o caráter heterocentrado e a misoginia do movimento LGBT. Não reconhecer a história das mulheres lésbicas é violência.

Referências

BOLETIM CHANACOMCHANA. São Paulo, GALF, n.4, 1983.

CISNE, Mirla. *Gênero, divisão sexual do trabalho e Serviço Social*. 1ªed. São Paulo: Outras expressões, 2012.

COLAÇO, Rita. *Operação Sapatão – Richetti 15 nov 1980*. Memória/História MHBMLGBT. 05 abr 2009. Disponível em: < <https://memoriamhb.blogspot.com.br/2009/04/operacao-sapatao-richetti-15-nov-1980.html> >. Acesso em: 12 fev. 2017.

⁹ Coluna escrita por Celso Curi no jornal *Última Hora*, lançada em 1976. Trazia notas sobre homossexualidade masculina e correio elegante. Perseguido pela censura da ditadura por ofender a moral e os bons costumes, Celso foi absolvido, mas perdeu espaço no jornal (Ocanha, 2015).



COMISSÃO DA VERDADE. *Ditadura e homossexualidades: iniciativas da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva*. [2014]. Disponível em: <<http://verdadeaberta.org/relatorio/tomo-i/parte-ii-cap7.html>>. Acesso em: 25 dez. 2016.

FALQUET, Jules. Lesbianismo. In: HIRATA, Helena et al. (Org.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora da UNESP, 2009. p. 122-128.

_____. Romper o tabu da heterossexualidade: contribuições da lesbianidade como movimento social e teoria política. *Cadernos de Crítica Feminista*, Recife, ano VI, n. 5, p. 8-31, dez. 2012.

FERNANDES, Marisa. Lésbicas e a Ditadura Militar. In: GREEN, James N. e QUINALHA, Renan (orgs.) *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Carlos: Edufscar, 2015. p. 125-148.

GREEN, James N. "Mais amor e mais tesão: a construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis". *Cadernos Pagu*, 15: p. 271-295, 2000.

_____. O grupo Somos, a esquerda e a resistência à Ditadura. In: GREEN, James N. e QUINALHA, Renan (orgs.) *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Carlos: Edufscar, 2015, p. 177-200.

GUILLAUMIN, Colette. Prática do poder e ideia de natureza. In: FERREIRA, Verônica [et al.]. *O patriarcado desvendado: teorias de três feministas materialistas: Colette Guillaumin, Paola Tabet, Nicole Claude Mathieu*. Recife: SOS CORPO, 2014. p. 27-99.

JORNAL CHANACOMCHANA. São Paulo, 1981.

JORNAL LAMPIÃO. Rio de Janeiro, ano 1, n.0, abr. 1978.

LESSA, Patrícia. Visibilidade e ação lésbica na década de 1980: uma análise a partir do Grupo de Ação Lésbico-ferminista e do Boletim Chanacomchana. *Gênero*, Niterói, v.8, n.2, 2008, p. 301-333.

LHOMOND, Brigitte. Sexualidade. In: HIRATA, Helena et al. (Org.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora da UNESP, 2009. p. 231-235.

MARTINHO, Míriam. *Tributo a Rosely Roth e Livro Dia do Orgulho das Lesbianas do Brasil*. 2012. Disponível em: <<http://www.umoutroolhar.com.br/2012/08/tributo-rosely-roth-e-livreto-dia-do.html>>. Acesso em: set. 2016.

OCANHA, Rafael. As rondas policiais de combate à homossexualidade na cidade de São Paulo (1976-1982). In: GREEN, James N. e QUINALHA, Renan (orgs.) *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Carlos: Edufscar, 2015, p. 149-175.

RODRIGUES, Jorge. Um lampião iluminando esquinas escuras da ditadura. In: GREEN, James N. e QUINALHA, Renan (orgs.) *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Carlos: Edufscar, 2015, p. 83-123.

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado e violência*. SP: Expressão popular/Fundação Perseu Abramo, 2015

SOARES, Gilberta; SARDENBERG, Cecília. Assumindo a lesbianidade no campo teórico feminista. In: XV Congresso Brasileiro de Sociologia: mudanças, permanências e desafios sociológicos. *Anais do XV Congresso Brasileiro de Sociologia*. Curitiba: Sociedade Brasileira de Sociologia, 2011. 17 p.

